



Alterações na MP de Privatização da Eletrobras preocupam indústrias

MP do Fim do REIQ aguarda sanção ou veto presidencial

No último dia 23 de junho, foi aprovada na Câmara dos Deputados, a MP 1.034/21, na forma do PLV 12/21, que trata, dentre outros assuntos, do Fim do Regime Especial da Indústria Química - REIQ. Entretanto, muitas alterações pertinentes e benéficas ao setor químico, aprovadas anteriormente pelo Senado Federal, foram rejeitadas pelos deputados.

No Senado, havia se concluído pela necessidade legítima de voltar à proposta inicial, apresentada pelo Relator Moses Rodrigues, onde se assegurava a adequada retirada gradual do REIQ em 8 anos. Na ocasião, havia ficado evidente que temas como insegurança jurídica e contratos de longo prazo permeiam a Indústria Química e, portanto, medidas como estas exigiam previsibilidade para serem desdobradas.

Além disso, entendeu o Senado que as mudanças estruturais necessárias para reduzir o Custo Brasil associado à indústria química – decorrentes de problemas regulatórios que afetam custos de matéria prima e energia – e assegurar ambiente competitivo adequado demandam um período não inferior a 8 anos. Contudo, os deputados federais que apreciaram a MP, consideraram pertinente que este tempo fosse resumido em apenas 4 anos.

O setor químico agora aguarda pela sanção ou veto presidencial da referida Medida Provisória, tendo esta decisão prazo de 15 dias para a sua definição a contar da aprovação pela Câmara dos Deputados. Ressalta-se que em todo o mundo, a indústria química é a espinha dorsal do desenvolvimento econômico e social de várias indústrias e do setor agrícola. É a indústria das indústrias.

O setor emprega direta e indiretamente dois milhões de trabalhadores em todo o país. O REIQ é essencial para manter o setor competitivo e para evitar perda de postos de trabalho.

CNI cria canal para ajudar empresas a exportar e importar

Para ajudar as micros, pequenas e médias empresas a exportar e importar com mais facilidade, a CNI, as federações das Indústrias nos Estados e o Sebrae lançaram na manhã do último dia 29, o serviço Ajude Aqui, uma consultoria virtual gratuita sobre comércio exterior, sistemas e procedimentos. O canal gratuito para tirar dúvidas foi lançado durante a palestra online, intitulada "Como a Metodologia Comex 360° Pode te Ajudar a Importar e Exportar".

A partir desta terça-feira (29), especialistas do Ajude Aqui estão disponíveis para atender dúvidas sobre tributação internacional, sistemas aduaneiros, logística, formas de pagamento, entre outros assuntos sobre exportação e importação. Os atendimentos serão realizados por e-mail, telefone, Whatsapp e formulários online, que já estão disponíveis no site do Indústria Global (<https://industriaglobal.com.br/ajude-aqui/>) - programa realizado em parceria com o Sebrae para oferecer serviços de internacionalização.

Durante a palestra online, o consultor Leonardo Schmidt enfatizou que o governo trabalha para inovar no comércio exterior, diminuindo a burocracia e tornando as negociações cada vez mais acessíveis às empresas nacionais de todos os setores de atividade econômica. "O empresário precisa ter acesso à contabilidade do comércio exterior, ter conhecimento de como gerir uma operação de comércio exterior e evitar custos desnecessários nas operações de importação e exportação".

Em conjunto com a assessoria virtual, as empresas atendidas podem buscar apoio no Centro Internacional de Negócios da Federação da Indústria de seu estado ou no Sebrae local. Segundo o Ministério da Economia, das 19 milhões de empresas ativas em 2020, somente 28.746 exportaram. Segundo a CNI, uma das razões para isso seria porque os empresários não sabem o quanto se lançar no mercado internacional pode ajudar no aperfeiçoamento da empresa, seja nos produtos, serviços e embalagens ou na própria gestão da marca.

Fonte: Agência Brasil



SIQUIRJ

INFORMA

Nº 232

Jun 2021

Sobre MP da Eletrobras

A MP que regulariza a capitalização da Eletrobras, é de suma importância para toda a indústria brasileira, atingindo diretamente a indústria química. A sua redação original estava alinhada com um futuro de modernização da economia e de dinamismo para o mercado de energia.

No entanto, o texto original sofreu alterações na Câmara dos Deputados, resultando em insegurança jurídica e em uma redução considerável de transparência e competitividade.

Dentre as alterações mais impactantes aprovadas na Câmara está a contratação obrigatória de 6.000 MW de termelétricas a gás natural, com preço-teto elevado e baixa competição, uma medida ineficiente que atrapalha as conquistas obtidas no setor elétrico e de gás natural, pondo em risco os avanços da Nova Lei do Gás, além de gerar custos elevados ao sistema. Estima-se um impacto econômico da ordem de R\$20 bilhões por ano!

Outro aspecto que gera insegurança para as empresas que se preparam para investir no mercado de energia é a obrigatoriedade de renovar, por mais de 20 anos, os contratos das usinas do PROINFA.

O objetivo alegado para estas prorrogações é dar um tempo para que as usinas estejam aptas a competir em leilões amplos com outras fontes de energia, ampliando a concorrência. Entretanto, o PROINFA existe há quase 20 anos, já alcançou seus objetivos e se tornará uma reserva de mercado desnecessária, como pontua a ABIQUIM, em seu próprio manifesto.

Diante deste cenário, o SIQUIRJ, como representante do setor químico fluminense, une-se à ABIQUIM, à FIRJAN e à outras entidades industriais, repudiando as alterações realizadas pelo Congresso. A percepção do SIQUIRJ é que a aprovação do texto final é uma vitória da agenda liberal do Ministério da Economia, mas registra que o texto original levaria a uma privatização consciente da ELETROBRAS que seria melhor para o país.

Déficit em produtos químicos é recorde e soma US\$ 33,5 bi em 12 meses

O déficit na balança comercial de produtos químicos atingiu US\$ 14,5 bilhões no acumulado dos cinco primeiros meses deste ano (valor 27% superior àquele de igual período em 2020) e a inédita marca de US\$ 33,5 bilhões em bases anualizadas. Esse recorde de saldo negativo nos últimos 12 meses (de junho de 2020 a maio de 2021) é resultado das importações de US\$ 45,2 bilhões e das exportações de US\$ 11,7 bilhões, em produtos químicos, respectivamente aumentos de 9,4% e de 7,4% na comparação com os dados consolidados de 2020.

Entre janeiro e maio, os produtos farmacêuticos (US\$ 5,1 bilhões), os intermediários para fertilizantes (US\$ 3,1 bilhões) e as resinas termoplásticas (US\$ 2,2 bilhões) foram os principais grupos da pauta de importação brasileira de produtos químicos, representando, juntos, um pouco mais da metade (52,5%) do total de US\$ 19,9 bilhões importados pelo País no período. Já quanto às exportações, o grupo de produtos inorgânicos diversos (especial destaque para alumina calcinada) foi aquele com maiores vendas ao exterior, de US\$ 1,6 bilhão, aumento de 5,7% na comparação com igual período do ano anterior, representando praticamente 30% de todas as vendas externas, que foram de US\$ 5,4 bilhões, entre janeiro e maio.

Em termos de quantidades físicas, as movimentações em produtos químicos foram recorde tanto com as importações de 21,5 milhões de toneladas quanto com as exportações de 6,8 milhões de toneladas; aumentos, respectivamente, de 13,9% e de 5,9% em relação aos registros entre janeiro e maio do ano passado.

Fonte: Abiquim

Menos da metade das pessoas em idade de trabalhar estão ocupadas

O nível de ocupação no país fechou o trimestre móvel encerrado em abril em 48,5%, ficando abaixo de 50% desde o trimestre encerrado em maio do ano passado. Ou seja, menos da metade da população em idade para trabalhar está ocupada no país. O menor nível foi verificado no trimestre encerrado em julho de 2020, quando o nível ficou em 47,1%.

Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada dia 30, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa de desocupação está em 14,7%, com um total de 14,8 milhões de pessoas em busca de trabalho no país.

A maioria dos indicadores da pesquisa ficaram estáveis no trimestre de fevereiro a abril, na comparação com o período de novembro a janeiro. Os trabalhadores com carteira assinada no setor privado somavam 29,6 milhões, apresentando estabilidade no trimestre, mas na comparação anual houve queda de 8,1%, o que representa menos 2,6 milhões de pessoas, como destaca a analista.

A redução do trabalho sem carteira em relação ao mesmo trimestre de 2020 foi de 3,7%, com menos 374 mil pessoas. Entre as categorias profissionais, apenas os trabalhadores por conta própria aumentaram. O crescimento foi de 2,3%, ou mais 537 mil pessoas, totalizando 24 milhões de pessoas nesse que é um dos principais segmentos da informalidade.

A taxa de informalidade ficou em 39,8%, com 34,2 milhões de trabalhadores informais, o que representa uma recuperação depois do menor nível, registrado em 37,4% em julho do ano passado. O recorde da informalidade ocorreu em outubro de 2019, com 41,3% ou 38,8 milhões de pessoas.

O grupo de trabalhadores informais inclui os sem carteira assinada no setor privado ou domésticos, por conta própria, empregadores sem CNPJ e os trabalhadores sem remuneração.

As trabalhadoras domésticas foram estimadas em 5 milhões, uma redução de 10,4%, ou menos 572 mil pessoas, frente ao mesmo trimestre do ano anterior. O número de empregados do setor público se manteve estável em 11,8 milhões.

O número de empregadores com CNPJ manteve o recorde de menor contingente da série histórica, iniciada no quarto trimestre de 2015, somando 3,1 milhões de empresas com funcionários.

A Pnad Contínua registrou alta de 2,7% no total de pessoas subutilizadas, chegando a 29,7% da população. Com mais 872 mil, são agora 33,3 milhões pessoas nessa situação, o maior contingente da série comparável.

Os desalentados, aquelas pessoas que desistiram de procurar trabalho devido às condições estruturais do mercado, somaram 6 milhões de pessoas, número estável em relação ao trimestre anterior, se mantendo no maior patamar da série.

Na comparação anual, a ocupação na indústria geral caiu 4,3%, no comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas a queda foi de 6,7%, em transporte, armazenagem e correio a ocupação diminuiu 8,3%, o setor de alojamento e alimentação reduziu 17,7% outros serviços diminuíram 13,9%.

O rendimento médio real dos trabalhadores ficou estável, na comparação trimestral, em R\$ 2.532. A massa de rendimento real também ficou estável, somando R\$ 212,3 bilhões.

Fonte: Agência Brasil

Todos os 30 setores da indústria estão confiantes, aponta CNI

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) – Resultados setoriais registrou, em junho, o segundo mês consecutivo de confiança disseminada entre toda a indústria. O indicador subiu em 29 dos 30 setores analisados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

De acordo com o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo, esta positividade por parte dos empresários, é um sinal positivo para o segundo semestre, pois empresários confiantes tendem a produzir, contratar e, sobretudo, investir mais.

A confiança caiu em apenas um deles: Outros equipamentos de transporte (-1,1 ponto). Mesmo assim, o índice ficou em 57,6 pontos, bem acima da linha divisória de 50 pontos. O ICEI varia de 0 a 100. Valores acima de 50 pontos indicam confiança do empresário e quanto mais acima de 50 pontos, maior e mais disseminada é a confiança. Valores abaixo de 50 pontos indicam falta de confiança do empresário e quanto mais abaixo de 50 pontos, maior e mais disseminada é a falta de confiança.

Os setores com as maiores altas de confiança no mês de junho foram: Máquinas e materiais elétricos (+7,9 pontos); Móveis (+6,6 pontos); e Produtos de madeira (+6,4 pontos).

Fonte: Agência CNI de Notícias

Siquirj

Sindicato da Indústria de Produtos Químicos para Fins Industriais do Estado do Rio de Janeiro

Filiado à FIRJAN

Av. Calógeras, nº 15 - 12º andar
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20030-070
Tel.: (21) 2220-8424
e-mail: siquirj@siquirj.com.br
home page: www.siquirj.com.br

Diretoria - 2020/2024

Diretoria

Isaac Plachta (Presidente)
Carlos Roberto da Silva (Vice-presidente)
Nicolau Pires Lages (Secretário)
Paul Antoine Maron Gédéon (Tesoureiro)

Suplentes

Wagner Luiz Rodrigues de Sá
Nélio Augusto Manhães Rodrigues
Roberto Pinho Dias Garcia

Conselho Fiscal

Efetivos

Ciro Alves
Paulo Hugo Silva Ramos Junior
Angelo José Brazil Ferreira

Suplentes

Alexandre Fagundes de Mattos
Larissa Arias
Jorge Luiz Cruz Monteiro

Delegados Representantes junto à Firjan

Efetivos

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Carlos Mariani Bittencourt

Suplentes

Isaac Plachta
Roberto Pinho Dias Garcia